



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
***CAMPUS* ARAPIRACA**
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM
E PRÁTICAS SOCIAIS

MONIZE KAROLINE DA SILVA

ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELO PROFESSOR NA PERSPECTIVA
NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ARAPIRACA,
AL 2023

MONIZE KAROLINE DA SILVA

ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELO PROFESSOR NA PERSPECTIVA NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Linguagem e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, como requisito parcial para a obtenção do grau de Pós graduada em Linguagem e práticas sociais.

Orientador(a): Prof.^a Dr. Christiane Batinga Agra.

Arapiraca, AL
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Arapiraca

S586a

Silva, Monize Karoline da.

As atribuições e desafios vivenciados pelos professores na perspectiva da educação inclusiva / Monize Karoline da Silva. – 2022.

1 PDF: (1 arquivo: 162 kB).

Arquivo digital no formato PDF do trabalho acadêmico com 12 folhas.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª Christiane Batinga Agra.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como artigo científico (especialização, Pós-graduação em Linguagens e Práticas Sociais) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2022.

1. Educação inclusiva. 2. Políticas educacionais. 3. Papel do professor. I. Título.

CDD: 371.9

Luciete Barbosa da Silva
Bibliotecária CRB-4/1739


MONIZE KAROLINE DA SILVA

**ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELO PROFESSOR NA PERSPECTIVA
NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós- Graduação em Linguagem e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, como requisito parcial para a obtenção do grau de Pós graduada em Linguagem e práticas sociais.

Aprovado(a) em: 20/04/2022.

AVALIADOR (A)

Documento assinado digitalmente
 CHRISTIANE BATINGA AGRA
Data: 17/05/2023 20:34:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr. Christiane Batinga
Agra Instituto Federal de Alagoas

TÍTULO: ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS VIVENCIADOS PELO PROFESSOR NA PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

TITLE: ATTRIBUTIONS AND CHALLENGES EXPERIENCED BY THE TEACHER IN THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION.

Silva, Monize Karoline.

RESUMO

Este trabalho teve como finalidade refletir qual o papel do professor com base nas Políticas Educacionais na Perspectiva da Educação Inclusiva, verificando quais os desafios enfrentados pelo mesmo. Esta pesquisa tem como objetivo analisar qual o papel do professor diante das políticas educacionais de modo que os alunos sejam o centro da sala de aula. A inclusão é tratar de maneira diferente os diferentes, assim pode-se perceber a igualdade real sendo aplicada. De acordo com Sasaki (1997, p.3), a inclusão pode ser conceituada como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade". Para tratarmos sobre o processo da Educação especial inclusiva e o papel do professor, referenciamos os estudos em Bueno (2001), Mantoan (1993, 2003), Sasaki (1997); entre outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com base nas políticas públicas educacionais voltadas à educação inclusiva e o como o professor deve agir segundo elas, levando em consideração que o meio interfere nas proposições dispostas aos docentes. Além dos teóricos, utilizamos como base, artigos que tratam sobre a mesma vertente, assim como documentos, legislações, leis e entre outros. A inclusão escolar não é de responsabilidade única do educador, uma vez que ele necessita de meios e condições para colocar seus conhecimentos em práticas que devem ser disponibilizados pelo governo, assim como a família deve participar do processo de inclusão, pois a mesma é corresponsável nas formações.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusão. Papel do professor. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The purpose of this paper was to reflect on the role of the teacher based on the Educational Policies from the Perspective of Inclusive Education, checking the challenges faced by the teacher. This research aims to analyze the teacher's role in the face of educational policies so that students are the center of the classroom. Inclusion is treating those who are different in a different way, thus one can perceive real equality being applied. According to Sasaki (1997, p.3), inclusion can be conceptualized as "the process by which society adapts to be able to include people with special needs in its general social systems and, at the same time, people with special needs prepare themselves to assume their roles in society. To deal with the process of inclusive special education and the role of the teacher, we refer to Bueno (2001), Mantoan (1993, 2003), Sasaki (1997), and

others. This is a qualitative bibliographic research based on the public educational policies aimed at inclusive education and how the teacher should act according to them, taking into account that the environment interferes in the propositions available to teachers. In addition to the theorists, we used as a basis, articles that deal with the same aspect, as well as documents, legislation, laws and others. School inclusion is not the sole responsibility of the educator, since he/she needs the means and conditions to put their knowledge into practice that should be made available by the government, as well as the family should participate in the inclusion process, since it is co-responsible for the training.

KEY WORDS: Inclusion education. Role of the teacher. Educational policies.

Data de submissão: 31/03/2022. **Data de aprovação:** 20/04/2022.

1 INTRODUÇÃO

Até a alguns anos o termo portadores de deficiência era usado para caracterizar as pessoas que “portavam” alguma deficiência, seja física ou intelectual. Estes sofriam preconceito, chegando a ser discriminados e segregados nos ambientes ao qual deveriam pertencer. Inicialmente, as crianças ou adultos que apresentavam comportamentos diferentes das outras pessoas consideradas “normais” eram eliminados, ou seja, além de excluídas, eram sentenciadas a morte ou abandonadas. Com o surgimento do Cristianismo, a partir da Idade Média, este deu origem ao batismo,

apesar de não ter sido a opção mais viável que fizesse com que eliminasse o preconceito por completo, mas ela auxiliou para que as pessoas com deficiência não fossem mais sentenciadas à morte, mas aquele que era batizado era portador de uma alma e por isso tinha direito a viver.

A eliminação foi substituída pela segregação, nesta as pessoas eram tratadas de maneira separada, por isso foram criados espaços hospitalares e ambientes com o objetivo de acolher e cuidar das pessoas portadoras de deficiência. Esses lugares atendiam apenas as pessoas das classes baixas, pois os demais tinham acesso a médicos particulares que pagavam para serem atendidos em suas residências.

Após muito tempo e em constantes lutas, os documentos e legislações que visavam à proteção e garantia do acesso aos direitos básicos e a dignidade humana foram construídos e passaram a ser aplicadas no cotidiano, mesmo que de forma lenta, os portadores de deficiência começaram a conquistar o espaço na sociedade e exercendo a garantia que é por direito de conviver com as demais pessoas na sociedade como um todo.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passaram a ser fundamentado pela disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 4024/61, que aponta o direito à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino por todos aqueles que são considerados extraordinários.

A Lei nº 5692/71 que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os quais se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não consegue dá assistência de um sistema de ensino que possa dedicar-se às necessidades educacionais especiais e por isso continua permitindo o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Esse período conhecido como integração, no qual o estar junto, mas não possui ações que garantam o respeito e a diversidade, é o igualmente formal, onde o aluno precisava se adaptar o ambiente, caso não, o melhor seria ser

Encaminhado para as escolas de classes especiais, fazendo com que ainda acontecesse a separação dos alunos com necessidades especiais para com os considerados normais.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que "as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras".

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Conforme estudava para uma segunda pós-graduação, voltada para a Educação Especial, surgiu o interesse de entender qual o papel do professor diante da realidade e dificuldades encontradas no ambiente escolar. Li diversos artigos e documentos que orientam como o professor deve agir, no entanto quando partimos para a realidade da escola e das necessidades dos alunos, o contexto muda. Por isso, este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel do professor na educação especial inclusiva diante das políticas educacionais de modo que os alunos sejam o centro da sala de aula. A inclusão tem como finalidade tratar de maneira diferente os diferentes, assim pode-se perceber a igualdade real sendo aplicada. De acordo com Sasaki (1997, p.3), a inclusão pode ser conceituada como "o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade".

A ação da Educação Inclusiva é garantir o acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes, mas para que isso aconteça é preciso considerar quais as necessidades deles e pautar-se nelas para que haja com exatidão a inclusão, desta forma haverá o respeito à diversidade de pluralismo, pois cada um tem sua individualidade, acarretando o modo de como deve-se trabalhar e a aplicar atividades de acordo com as dificuldades de cada pessoa.

Diante de todo o histórico das políticas educacionais voltadas à educação especial inclusiva, questionamo-nos, "Qual é o papel do professor quando falamos em inclusão? Como o educador pode modificar a inclusão dentro de sua sala de aula visando o aluno como o centro da aprendizagem?".

Essa temática é de suma importância, devido às atualizações que são empregadas, além das necessidades de aplicar a inclusão efetiva dentro dos ambientes escolares, já que muitas das vezes os alunos com deficiência estão dentro das escolas, mas não inclusos e sem ter os seus direitos garantidos e exercitados.

Para tratarmos sobre o processo da Educação especial inclusiva e o papel do professor, referenciamos os estudos em Bueno (2001), Mantoan (1989, 1993, 1997, 2006), Sasaki (1997); entre outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que tem como finalidade analisar as políticas públicas educacionais voltadas à educação inclusiva e o como o professor deve agir segundo elas, levando em consideração que o meio interfere nas proposições dispostas aos docentes. Além dos teóricos, utilizamos como base, artigos que tratam sobre a mesma vertente, assim como documentos, legislações, leis e entre outros.

2 DESENVOLVIMENTO

Para que aconteça a inclusão escolar existem diversos contextos e perspectiva por todos que participam, sejam alunos, pais, professores e demais profissionais que atuam na área. Para que possamos compreender o quão complexo é esse assunto, é preciso buscarmos o seu significado e de que forma se aplica na realidade. Segundo Mantoan (2003, p. 24) define, respectivamente, inclusão e educação inclusiva como:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2003, p. 24)

A partir da análise situada nessa definição, é perceptível considerar que inclusão vai muito além de dar acesso aos alunos com deficiência a escola, mas do que isso, é garantir a permanência, ofertando um ensino de qualidade e de aprendizagem ao longo dos anos e sempre buscando descobrir as necessidades do estudante e agir conforme essas. Ao se falar de inclusão, precisamos compreender que o papel da escola junto aos seus profissionais é direcionar o aluno, auxiliando no desenvolvimento físico, mental, cognitivo, social, entre outros.

A educação tem como uma de suas funções a de ajudar os deficientes a enfrentar suas dificuldades, vencendo as possíveis barreiras de sua deficiência e dessa forma elencar as possíveis soluções para não os limitar. Assim, a inclusão escolar sai da mesmice de apenas ingressar o aluno dentro da escola/sala de e começa agir com o verdadeiro espírito escolar, “a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.” (SEESP/ SEED/ MEC, p.9, 2010).

Por longos anos, tinha-se como entendimento que a educação especial, organizada de forma horizontal com a educação escolar comum, seria a forma mais viável para que os alunos que apresentavam alguma deficiência fossem atendidos ou quando não se adaptassem ao ambiente escolar “normal”, deveriam ser encaminhados para as escolas especiais. Esse estilo de escola causou grande impacto histórico educacional e perdurou por muito tempo, tendo como resultado práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência ao invés de aplicar a dimensão pedagógica.

Através das políticas públicas, legislações e estudos no campo da educação vem se promovendo uma renovação nas escolas de ensino regular com ênfase na educação especial. Seguindo os pensamentos “a meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora”. (MANTOAN, p.3, 1993).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização dos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para inclusão escolar; participação da família da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (PNEE, 2008).

Bem sabemos que as escolas por muito tempo eram vistas como um espaço discriminatório, por apenas querer receber pessoas vistas como normais, aqueles nos quais obtinham alguma diferença seja de raça, cor, sexualidade, religião ou deficiência eram segregadas ou no muito era integrado, mas não ingressos. Para romper com os muros que delimitam a escola e a sociedade com suas múltiplas diferenças, é preciso vislumbrar os ambientes escolares como espaços de interação e acolhimento, assim como Santomé esclarece (1997, p. 176), as instituições escolares “precisam ser lugares onde se aprenda, mediante a prática cotidiana, a analisar como e por que as discriminações surgem, que significado devem ter as diferenças coletivas e, é claro, individuais”.

Para muitos, a escola é vista como o segundo ambiente mais importante, é considerada a segunda casa dos alunos, pois é lá onde eles passam boa parte do tempo do seu dia, indo todos os dias de segunda a sexta. A escola não é um ambiente perfeito, ela passa por dificuldades, sejam financeiras, estruturais, mas o nosso foco é na sua função social, na qual a escola precisa passar por uma reformulação da inclusão escolar. Mas, para que isso aconteça é preciso passar por processos, processos esses que são lentos e demorados, não é necessariamente uma lei que alterará o quadro da instituição, é preciso uma série de medidas, desde reformulação de seus currículos a adaptações da educação inclusiva.

As adequações da educação especial precisam ser de forma ampla – Com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e curricular; meso - currículo adaptado a turma; micros-pessoas gerindo técnicas, métodos e avaliações. A educação inclusiva é gerida por três níveis, tornando o currículo em movimento as necessidades do educando.

A cada dia, a inclusão deve ser posta de maneira ativa dentro do ambiente escolar e fora dele, a partir do momento que os educandos veem seus direitos sendo exercidos com plenitude, eles passam a garantir autonomia e independência para realizar as atividades que são escolhidas, sem segregação ou integração, mas de forma inclusiva. A escola tem o papel de formar cidadãos e, nesse caso, cidadãos livres de preconceitos e discriminações, que aceitem o que é diferente do seu ser. Ela também tem a função de preparar os portadores de deficiência, dentro das suas limitações e quadros clínicos, para viver em sociedade, com o máximo de autonomia possível. A escola é uma instituição formadora, essa formação é realizada ao longo dos anos por intermédio da ação dos diversos profissionais que integram a educação.

A pedagogia é uma área que abrange diversas vertentes, sendo a educação inclusiva uma delas. A partir das políticas públicas através de legislações, as universidades sentiram a necessidade de acrescentar em sua grade curricular uma matéria relacionada a esse tema que em muitas instituições ganhou o nome de Educação Especial. Esta surgiu para agregar os conhecimentos

pedagógicos dos profissionais que atuam diretamente com pessoas no seu dia a dia, no caso os professores. A educação por ser um instrumento transformador, deve ser empregada para causar melhorias na qualidade de vida dos alunos. Conforme explicita Freire, “O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras”. (FREIRE, 2005, p. 58).

Os professores precisam se manter atualizados e capacitados para atender a demanda de diversidade que surgem dentro do ambiente escolar. Eles precisam está em formação durante toda sua carreira, buscando novas técnicas e métodos para o ensino e acolhimento dos alunos. A formação continuada dos docentes é garantida pela LDBEN (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo

62: A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

O educador tem como função dar os direcionamentos e construir junto aos seus alunos os saberes para que o processo de ensino aprendizagem aconteça. Seu objetivo é quebrar os paradigmas criados dentro da sociedade de que as pessoas com deficiência são incapazes ou limitadas por causa de suas diferenças, assim o docente é o responsável por incluir socialmente os alunos portadores de deficiência dentro e fora da sala de aula.

Seguindo as recomendações da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, o artigo Art. 12 esclarece quais as sujeições para o docente atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Já o Art. 13 traz as atribuições necessárias para que o professor realize as suas funções dentro desse ambiente.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009)

Como podemos ver, são diversas as atribuições do professor para que a educação aconteça e que os alunos sejam incluídos, além do mais é perceptível que o trabalho não acontece apenas com o professor do AEE, mas é uma ação conjunta com diversos profissionais, principalmente é uma ação articulada com o professor da rede regular, assim como a família precisa ser direcionada, pois esta é corresponsável pela formação.

Ensinar vai muito além de ministrar aulas dentro de salas, é um processo investigativo, que precisa do levantamento de hipóteses e possíveis soluções para os problemas que são elencados no dia a dia. O professor a cada novo ano se depara com diversos desafios e tensões, mas estes não podem sobrepor a importância da aprendizagem. Ao se falar da educação inclusiva, podemos perceber que ela é um dos principais desafios enfrentados pelo docente, seja o da rede regular ou do AEE. Por não haver um único meio ou um roteiro a ser seguido pelo professor, ele precisa buscar novos métodos para que o ensino aprendizagem aconteça e assim os alunos com deficiência consigam ter os seus direitos estabelecidos, uma educação plena e com qualidade. Por sabermos que a educação inclusiva não é uma tarefa fácil, ela exige lutas e constâncias.

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

Quando falamos de alunos com deficiência, sentimos que muitos professores sentem o impacto, medo e frustração diante das possíveis situações que irão exigir dele mais conhecimento, pois o que tiveram contato na universidade foi o básico do básico, além do mais é preciso a cada dia estarem se atualizando, principalmente as novas leis e documentos que baseiam os direitos pertinentes aos alunos da educação especial. Mesmo os professores que se especializam em uma área voltada à educação inclusiva sentem dificuldade de lecionar dentro da sala de aula, pois os cursos são muito mais teóricos e sucintos do que as situações vivenciadas no cotidiano.

Portanto, é necessário repensar na reformulação dos cursos, assim como, nas práticas e metodologias que devem ser aplicadas dentro dos ambientes de aprendizagem. “A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional” (MITTLER, 2003, p. 35).

Contudo, é preciso esclarecer que a inclusão escolar não é de responsabilidade única do educador, uma vez que ele necessita de meios e condições para colocar seus conhecimentos em práticas, assim, a família também precisa estar no processo ativo da educação desses alunos, afinal eles são corresponsáveis pela formação. De acordo com Silva (2010) “um bom relacionamento entre família e professores amplia as possibilidades e cria novas formas de atividade e afetividade”. Segundo Bueno (2001), é necessário que o Estado junto às repartições públicas faça um esquema da educação geral, verificando como está as condições reais do exercício dos profissionais da educação, bem como o acesso aos programas de formação educativa e cursos de especialização, pois com base nisso, a inclusão escolar obterá um maior grau de efetivação, garantindo uma educação de boa qualidade.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito,

sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2003, p. 39).

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003), o processo de inclusão prossegue “ao lançar um olhar para as pessoas com deficiência como interlocutoras que desafiam as instituições escolares a inovar suas concepções e práticas pedagógicas perante os processos de ensino e aprendizagem desses alunos”. Com base nessa afirmação, o papel do docente, através de suas atividades, planejamento, organização e falas é demonstrar que a inclusão é tratar de maneiras diferentes os diferentes, pois só assim haverá uma igualdade real.

A partir do momento que começamos a tratar os alunos com equidade, ou seja, conforme suas necessidades para que assim venham se igualar aos demais, tornamos o ambiente inclusivo. No dia a dia, enquanto professora, é possível analisar que cada aluno tem sua particularidade e o seu tempo de se desenvolver. As atividades, métodos e técnicas utilizadas fazem a diferença segundo aquilo que o aluno necessita. Porém, isso requer mais dedicação por parte do professor que já sofre excessos de cobranças, assim como o governo deve elencar formações próprias para a área, mas que essas sejam incluídas dentro da carga horária do professor.

Em todo projeto político escolar é frisado que a escola não é formada apenas pelo professor e o aluno, os demais segmentos devem também atuar, seja pais, comunidade e demais funcionários. Por isso a importância de outros profissionais estarem associados à educação, desde psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, entre outros. Esses junto ao professor da sala regular e ao professor do AEE trabalharão em conjunto para que o aluno especial se desenvolva de forma plena.

3 CONCLUSÃO

Até a alguns anos o termo portadores de deficiência era usado para caracterizar as pessoas que “portava” alguma deficiência, seja física ou intelectual. Estes sofriam preconceito, chegando a ser discriminados e segregados nos ambientes ao qual deveriam pertencer. Após muito tempo e em constantes lutas, os documentos e legislações que visavam à proteção e garantia do acesso aos direitos básicos à dignidade humana foram construídos e passaram a ser aplicadas no cotidiano, mesmo que de forma lenta, os portadores de deficiência começaram a conquistar o espaço na sociedade e exercendo a garantia que é por direito de conviver com as demais pessoas na sociedade como um todo.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar qual o papel do professor na educação especial inclusiva diante das políticas educacionais de modo que os alunos sejam o centro da sala de aula. Diante de todo o histórico das políticas educacionais voltadas à educação especial inclusiva, questionamo-nos, “Qual é o papel do professor quando falamos em inclusão? Como o educador pode modificar a inclusão dentro de sua sala de aula visando o aluno como o centro da aprendizagem?”.

Foi possível concluir que o educador tem como função dar os direcionamentos e construir junto aos seus alunos os saberes para que o processo de ensino aprendizagem aconteça. Seu objetivo é quebrar os paradigmas criados dentro da sociedade de que as pessoas com deficiência são incapazes ou limitadas por causa de suas diferenças, assim o docente é o responsável por incluir socialmente os alunos portadores de deficiência dentro e fora da sala de aula. Como pudemos ver, são diversas as atribuições do professor para que a educação aconteça e que os alunos sejam incluídos, além do mais é perceptível que o trabalho não acontece apenas com o professor do AEE, mas é uma ação conjunta com diversos profissionais, principalmente é uma ação articulada com o

professor da rede regular, assim como a família precisa ser direcionada, pois esta é corresponsável pela formação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC/2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- MANTOAN M. T. E. **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos**. Campinas, 1993.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.
- SANTOMÉ, JT **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, TT da S. (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- SEESP/ SEED/ MEC, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**, Fascículo II, Brasília, 2010.
- SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/Edna Lúcia da Silva**, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.
- ZIMMERMANN, E. C. **Inclusão escolar**, 2008. Disponível em. Acesso em 24 out. 2021.